



O PESO DA DÍVIDA CONTRAÍDA PELO MUNICÍPIO DE CASCAVEL EM DÓLARES JUNTO AO BID

A alta do Dólar em relação ao Real, dentre outros problemas, aumentou em muito os custos da dívida do município de Cascavel junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O município arrecada em reais e precisa pagar em dólares uma dívida de milhões de dólares, Tal dívida foi contraída em 2013 (Gestão Edgar Bueno) para financiar o PDI (Programa de Desenvolvimento Integrado).

O contrato de operação de crédito externo com o BID foi assinado em Brasília no dia 27 de dezembro de 2013. Tal contrato previu o empréstimo no valor de 28,750 milhões de dólares, o equivalente a R\$ 68,137 milhões de reais, conforme a cotação da moeda americana na época (R\$ 2,37), com juros de 1,2% ao ano, cinco anos de carência e mais 25 anos para o pagamento.

Recentemente, o município de Cascavel teve que desembolsar em torno de 5,7 milhões de reais para pagar uma das parcelas do financiamento. Por conta da desvalorização do real em relação ao dólar, tal parcela foi hiperinflacionada, uma diferença superior a 3 milhões de reais. Se a cotação do dólar fosse a mesma da época da contratação do empréstimo, tal parcela seria de aproximadamente 2,5 milhões de reais. Essa diferença superior a 3 milhões de reais, ao invés de financiar ações e serviços públicos para a população de Cascavel, irá garantir a lucratividade das operações internacionais do BID. Importante lembrar que o BID, como qualquer banco, ao oferecer empréstimos aos municípios e estados brasileiros, não está fazendo caridade. O BID atua no mercado financeiro de modo a garantir a lucratividade de suas operações. Por isso é fundamental que haja muita cautela do poder público municipal antes de contrair novos empréstimos em moeda internacional. Além disso, é necessário aprofundar os debates e estudos acerca das consequências do endividamento do município. Nossa entidade, Auditoria Cidadã da Dívida¹, Núcleo Paraná – Região Oeste há muito tempo vem acompanhando essa situação.

A PARTICIPAÇÃO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA NO DEBATE SOBRE O EMPRÉSTIMO JUNTO AO BID

Em 2013, o Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida - da Região Oeste do Paraná, se mobilizou para discutir a contratação do empréstimo do município junto ao BID. A Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, esteve em Cascavel nos dias 3 e 4 de outubro de 2013 para desenvolver diversas atividades relacionadas ao estudo e debate sobre o endividamento público.

¹ A Auditoria Cidadã da Dívida, criada em 2001, é uma associação, sem fins lucrativos, que possui, dentre outros, os seguintes objetivos, conforme Estatuto Social: *I – Realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. II – Demonstrar a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 26 do ADCT da Constituição Federal de 1988, que prevê a realização da auditoria da dívida externa. III – Exigir a devida transparência no processo de endividamento brasileiro, de forma que os cidadãos conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos. VI – Promover estudos e pesquisas relacionados com o tema do endividamento público brasileiro.* A Auditoria Cidadã da Dívida é coordenada nacionalmente por Maria Lucia Fattorelli (Auditora aposentada da Receita Federal) e regionalmente é coordenada por Luiz Fernando Reis (professor da Unioeste/Cascavel). **Contato: (45) 99956-7822.**

No dia 3 de outubro/2013, reuniu-se com o presidente da Câmara Municipal e membros da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. No dia seguinte reuniu-se com a Secretária de Finanças e o contador da prefeitura. Em tais reuniões, Fattorelli alertou a respeito dos riscos do município de Cascavel contrair empréstimo em moeda estrangeira, tendo em vista que as decisões a respeito do endividamento externo se dão em esfera federal e o município tem limitada participação nesse processo de decisão. Além disso, alertou para a instabilidade da cotação do dólar. Uma desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia encarecer o empréstimo e comprometer as finanças municipais.

Para maiores informações sobre a visita de Fattorelli à Cascavel acessar o documento anexo e o link abaixo:

<https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/4079-especialista-em-divida-publica-conversa-com-comissao-de-economia-da-camara.html>

QUE FAZER DIANTE DO ENDIVIDAMENTO DO MUNICIPIO

O Núcleo Paraná – Região Oeste da Auditoria Cidadã da Dívida, entende que a população de Cascavel tem o direito de ser informada sobre o endividamento do município. É o cidadão de Cascavel que, em última instância arca, por meio do pagamento de seus impostos, com o ônus do endividamento do município e sofre as consequências do comprometimento das finanças municipais com a destinação de elevado montante destinado ao pagamento do empréstimo. Tais recursos poderiam ser destinados à ampliação e melhoria das ações e serviços públicos em nossa cidade.

É fundamental que o poder público municipal apresente, com a maior transparência possível, todas as informações relativas ao empréstimo realizado junto ao BID como, por exemplo, o montante pago, a dívida pendente, condições do empréstimo, dentre outros aspectos.

A Coordenação do Núcleo Paraná – Região Oeste da Auditoria Cidadã da Dívida irá solicitar, nos próximos dias, informações junto à Secretaria Municipal de Finanças sobre o endividamento do município com vistas a promover estudos sobre o endividamento público brasileiro e realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida do município e subsidiar o processo de debate dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos atos do Poder Executivo bem como das entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade cascavelense.

É fundamental que os cidadãos cascavelenses conheçam a natureza das dívidas do município, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos.

[...] o endividamento público [...] Há décadas vem operando como um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro [...]. Ao final, o custo da dívida pública é transferido diretamente para a sociedade, em particular para os mais pobres, tanto por meio do pagamento de elevados tributos incidentes sobre tudo o que consomem, quanto pela ausência ou insuficiência de serviços públicos a que têm direito [...] (FATTORELLI, 2013, p. 3-4).